



**FÓRUM CATARINENSE DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
DE SANTA CATARINA
2016/2019**

APRESENTAÇÃO

O Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Solidária de Santa Catarina é resultado da III Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em maio de 2014, que reuniu diversos segmentos do movimento de Economia no estado.

Para o processo de elaboração do plano, foram consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que orientaram as proposições deliberadas na III Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em novembro de 2014.

Por meio da implementação e concretização das ações aqui propostas, pode-se afirmar que, o Estado de Santa Catarina produzirá efetivos resultados na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, bem como da superação das desigualdades sociais, tendo a Economia Solidária como principal alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores catarinenses.

É com satisfação que a Comissão Estadual para elaboração do Plano reafirma o compromisso de promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, apresentando o presente Plano Estadual de Economia Solidária para o período de 2015 – 2019.

Na parte introdutória apresenta-se um rápido panorama da Economia Solidária em Santa Catarina e das conferência realizadas até o momento de estruturação deste documento.

Na sequência a contextualização da Economia Solidária na III Conferência Estadual, tanto em nível nacional como regional. A Economia Solidária no Estado é apresentada com mais detalhes, como a sua distribuição no espaço geopolítico, as áreas de maior concentração e os dados gerais para sua melhor compreensão.

O momento seguinte apresenta a metodologia proposta para a realização da III CONAES nas diversas instâncias, também descrevendo as etapas de estruturação da Conferência Estadual e o modo de construção das proposições para o desenvolvimento da

economia solidária no estado.

As diretrizes de ações para o desenvolvimento da economia solidária no Estado de Santa Catarina são apresentadas dentro dos 4 eixos de organização das demandas: a) Produção, comercialização e consumo sustentáveis; b) Financiamento: crédito e finanças solidárias; c) Conhecimentos: educação, formação e assessoramento e d) Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas.

Finalizando o documento, algumas considerações e recomendações referentes a Gestão do Plano Estadual de Economia Solidária do Estado de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina, a Economia Solidária, que teve início em sua organização em 2001, mostrou um crescimento razoável nos últimos anos com aumento do número de EES - Empreendimentos Econômicos Solidários (produção), de espaços de comercialização e do consumo solidário. No entanto, este crescimento não é o suficiente e não acontece de forma homogênea, varia bastante conforme a região no estado, além de grandes diferenças entre o rural e o urbano. Percebeu-se a existência de experiências e empreendimentos de economia solidária (feiras, espaços de comercialização) em anos anteriores, com algum apoio governamental (alimentação, transporte, espaços). Como um grande vitória do movimento da Ecosol no estado, salienta-se a consolidação de 10 fóruns regionais e um Fórum estadual, como espaços de debate e construção; formação e articulação da Ecosol, além das inúmeras parcerias, sendo na maioria entidades de apoio e fomento, alguns gestores públicos e a Frente Parlamentar de SC, criada em 2013. Também deve-se destacar a criação do Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária em 2009 e, recentemente a adesão do Estado de Santa Catarina ao Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). No entanto, registra-se a dificuldade de operacionalização dessas políticas, face à descontinuidade de gestão da Secretaria em que as mesmas estão vinculadas.

Como aspecto de fragilidades ressalta-se ainda a falta de legislações específicas, pois apenas 06 municípios no estado contam com uma Lei de Economia Solidária, (Três Barras, Itajaí, Joinville, Florianópolis, Lages, Balneário Camboriú.), sendo que vários destes ainda necessitando de regulamentação. Conta com apenas 03 centros públicos de ES no estado todo, sendo que apenas um em pleno funcionamento, e 04 Lojas de Comércio Justo Solidário (Itajaí, Joinville, Blumenau e Florianópolis).

Há carência de financiamentos para a produção, de estrutura e espaços de comercialização, de divulgação e campanhas de sensibilização para o consumo consciente e sustentável, de legislações específicas que incentivem e fortaleçam a Ecosol

em todos estes aspectos.

Podemos apontar que é muito visível a necessidade urgente de uma política estadual efetiva, que inclua a economia solidária como estratégia e incentivo para o desenvolvimento, garantindo acesso às compras públicas (a exemplo do PNAE) bem como ao crédito desburocratizado e de baixo custo, incentivos fiscais e apoio jurídico/administrativo para a formalização dos EES. Ampliação de mecanismos de informação e divulgação da ES (Economia Solidária), além da necessidade de estruturar e viabilizar mecanismos de comercialização para escoar a produção e viabilizar o engajamento das pessoas nos empreendimentos e associações (evitando desmotivação e desmobilização). Para isso também é fundamental a qualificação profissional para a produção, gestão e comercialização, bem como o apoio logístico para participação em feiras e eventos.

As experiências de finanças solidárias são os fundos solidários ligados às entidades religiosas e cooperativas de crédito solidário e nenhuma experiência conhecida de Bancos Comunitários. As poucas experiências relativas às moedas sociais praticamente desapareceram, bem como as iniciativas de Bancos Comunitários ou Moeda Social em feiras. Há experiências positivas de finanças solidárias em outros Estados que podemos usar de modelo.

A partir das fraquezas e oportunidades identificadas na economia solidária catarinense, no que se refere ao ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas observa-se que, os canais de comunicação são insuficientes no que concerne a divulgação dos princípios, valores, importância dos empreendimentos solidários. O fato resulta na pouca ou nenhuma participação dos gestores nas esferas municipais e estadual, bem como o isolamento desses empreendimentos em relação aos outros movimentos sociais.

Este Plano Estadual foi elaborado à partir da realização da **III Conferência Estadual de Economia Solidária**, momento em que foram reunidas aproximadamente duas mil pessoas do estado, empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, para avaliar, refletir, debater e propor políticas para o crescimento da economia solidária em Santa Catarina.

As Conferências Públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Importante salientar que a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, foi fundamental para afirmar os fundamentos e a identidade da economia solidária enquanto estratégia e política de desenvolvimento. Foram aprovadas prioridades para as políticas públicas de economia solidária em diversas áreas de intervenção: marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação, entre outras.

Em 2010, o Conselho Nacional de Economia Solidária convocou a II CONAES com os objetivos de realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária e das suas políticas públicas e avançar no reconhecimento do direito à formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade. Realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, a II CONAES foi mais um momento privilegiado de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes, desde as etapas preparatórias até a Conferência Nacional, possibilitando a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da economia solidária, da sociedade e do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

A partir da II CONAES, foi fortalecido o processo de diálogo com o poder legislativo para avançar em uma legislação nacional da economia solidária, Projeto de Lei n. 4685/2012, que ainda tramita no Congresso Nacional. As resoluções da II Conferência também foram inspiradoras no processo de elaboração dos objetivos e iniciativas das políticas públicas federais de economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012 a 2015. (Caderno de Orientações Metodológicas III CONAES).

Em 2014 foi realizado o processo da III CONAES composto pelas conferências municipais, regionais, estaduais e federal, visando a discussão e encaminhamentos das diretrizes e políticas para a Economia Solidária, em todo o território nacional. Como resultados destes processos a elaboração dos planos nas respectivas esferas de gestão

pública.

O Plano Estadual tem como objetivo geral estabelecer em construção participativa e democrática, um conjunto de diretrizes para a consolidação e o desenvolvimento da política de economia solidária no estado de Santa Catarina. Como objetivos específicos: a) possibilitar que as elaborações e definições políticas estaduais tenham maior concretude em processos de desenvolvimento mais próximos à vida dos diversos sujeitos da economia solidária; b) permitir a construção de processos mais articulados e integrados de planejamento e implementação das políticas de economia solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos, o diálogo com outros processos territoriais e setoriais de desenvolvimento; c) gerar e fortalecer políticas locais de economia solidária, bem como, criar condições mais propícias no âmbito municipal, territorial e estadual para a promoção das políticas estaduais que possam fortalecer a economia solidária; e d) fortalecer as bases sociais e ampliar a força política e organizativa para conquistar políticas mais adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e aos processos de desenvolvimento sustentável e solidário.

Salienta-se ainda que o Plano é um documento que visa dar consequência lógica e prática às intenções humanas. A elaboração do plano não é suficiente para mudar a realidade planejada, mas cria condições para que a conduta de quem executa seja alterada e coletivamente avaliada. O Plano é um instrumento que requer a ação comprometida dos sujeitos da Economia Solidária, para que ele faça sentido prático e responda a sua função. O Plano Estadual da Economia Solidária é uma referência a mais para que tanto o movimento de Economia Solidária quanto o poder público possam se orientar no sentido de assumir responsabilidades frente ao desafio de fortalecer as práticas de economia solidária no estado de Santa Catarina.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONFERÊNCIA ESTADUAL (2014)

A - Balanço da Economia Solidária no Brasil

Prof. Dr. Valmor Schiochet

A economia solidária surge no Brasil na profunda crise da década de 80 e 90, como alternativa ao desemprego. Hoje ela se configura como uma estratégia de organização de vários segmentos. São fundamentalmente quem trabalha na produção de alimento, agricultura familiar, quilombolas, produção simples de mercadorias que são as produções do artesanato, reciclagem, por isso o movimento dos catadores vêm fortes para esse movimento, cooperativas populares. Essa é à base da economia solidária no Brasil. O que constituem milhões de pessoas com potencialidade de crescimentos ainda maiores. Cita-se ainda os trabalhadores das empresas recuperadas.

Nesse contexto considera-se que a economia solidária, enquanto realidade econômica e social, tem se expandido juntamente com a política pública e com as experiências que vêm sendo realizadas. Como exemplo, a inclusão da economia solidária no PPA do Governo Federal, garantindo os recursos para dinamizar a organização do movimento da economia solidária. Está se fortalecendo a economia solidária em um contexto de forte contestação de outros setores governamentais e não governamentais.

Ainda há muitos enfrentamentos a fazer, não se conseguiu ainda resolver temas estruturais dos empreendimentos, como acesso a recursos: crédito, finanças. Não existe ainda a capacidade de repasse de recurso público para os empreendimentos. Não foram resolvidos os problemas de comercialização dos empreendimentos, que enfrentam a lógica do capital. Não se conseguiu estruturar uma política de assessoramento técnico aos empreendimentos de economia solidária.

A centralidade da economia solidária é a autogestão, da participação dos trabalhadores na gestão dos empreendimentos, mas para além deles também. Ou seja,

como estamos enfrentando a cultura individualista competitiva. Estamos afirmando essa cultura ou estamos rompendo com ela? Seu elemento está na formação da consciência dessa cultura, e portanto, dos processos educativos, pedagógicos e de aprendizados. Ou seja, estamos avançando na direção de educação popular. Essa relação com as políticas nacionais de educação popular caminham nessa direção, mas temos dificuldades, pois a educação popular é incorporada pela educação formal, a economia solidária não é um conteúdo, mas sim formar pessoas críticas e autônomas. Esse é nosso desafio na educação, articulado com um conjunto de movimentos que apostam num processo educativo diferente. Temos avanços em diálogos, mas muitos desafios nesse campo, da autogestão, consciência coletiva e consciência política. Mas avançamos na crescente identificação que a autogestão não é só de empreendimentos, mas de redes e de cadeias, de territórios, participação política em conselhos e espaços de decisão. Ou seja, a autogestão não está limitada na autogestão do empreendimento, mas extrapola todo esse processo.

O balanço dos 3 últimos anos: a economia solidária está no âmbito de promoção de desenvolvimento nacional, que enfrenta o problema social de pobreza, ou seja, o Plano Brasil Sem Miséria. Em 2011 entramos nessa estratégia, o que não foi simples e tranquilo o debate com o movimento, pois colocou dentro do contexto do Plano Brasil Sem Miséria, ou seja, ficamos amarrados em um processo urbano e não rural. E isso impactou muito, do ponto de vista político nacional. Outro desafio foi colocar a economia solidária dialogar com setores que não a conheciam. Faltam políticas de apoio aos empreendimentos. Ganhamos no nível de disputa na sociedade que vê a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento que inclui as pessoas, do ponto de vista comunitário e organizativo.

Dados do mapeamento e pesquisas dos EES: 25% dos sócios são beneficiários do Programa Bolsa Família. Por um lado tem sido enfrentada a pobreza, mas também tem a maioria que não depende de recursos de programas sociais.

A grande pauta da última conferência (II CONAES) foi à necessidade de uma sociedade mais democrática. Temos que criar espaços populares para participação, o que foi apontado para o direito de produzir de forma autogestionária. Esse processo exige

mudança na base legislativa para reconhecer os direitos. Tivemos alguns avanços: leis das cooperativas de crédito solidário e a criação da confederação das cooperativas autogestionárias, com dificuldades internas sim, mas também com acréscimos. Em 2012 foi aprovada a Lei das Cooperativas de Trabalho, separamos e superamos o debate que nós sofríamos, de que a economia solidária era uma modelo de precarização do trabalho e éramos comparados com cooperativas fraudulentas que tiravam o direito do trabalhador. Fizemos o debate e asseguramos nossa posição, e está na lei, o direito institucional de organização dos trabalhadores para promover dignidade.

Em 2014 a economia solidária participa da organização do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, e enfrentamos o debate sobre a criminalização dos movimentos sociais. É uma lei que reconhece que a sociedade tem o direito de ter acesso a recursos públicos, sem ser acusada de desvios desses recursos.

Temos avanço na Lei da Economia Solidária que tramita no Congresso Nacional, já passou nas comissões e está na comissão de justiça e que ela seja aprovada este ano. Estamos esperando que essa lei seja apresentada na Conferência Nacional pela presidência. Temos também a lei da Anvisa, que cria regras que facilitam a inspeção dos produtos de origem animal e vegetal para a agricultura familiar, e economia solidária. E isso nos possibilita pensar nos cadastros dos empreendimentos econômicos solidários.

Mas também há limites: não conseguimos fazer um enfrentamento do cooperativismo tradicional. A OCB determina ainda as leis das cooperativas no Brasil. Ela subordina as cooperativas as estruturas existentes, de 1978.

As últimas Conferências vêm trabalhando na intencionalidade de criar um sistema nacional de políticas da economia solidária e temos avançado nessa perspectiva. Pois na concepção da SENAES/MTPS é que a economia solidária é um movimento de trabalhadores e trabalhadoras e é nessa direção que queremos andar.

Para Schiochet et. all, 2014 “(...) *temos avançado, mas a cada avanço somos cada vez mais desafiados. Precisamos cada vez mais nos organizarmos e criarmos corpo para enfrentarmos esse desafio. E para isso vamos ter que acumular mais força de forma coletiva para este processo.*”

Para Talgatti et. all, 2014 sob a ótica dos Empreendimentos de economia

solidária alguns aspectos merecem serem pontuados, pois, “(...) se apresentam como gargalos ao crescimento dos empreendimentos econômicos solidários, tais como: problemas de créditos, tributação, de formalização e da questão do movimento e dos editais que são acessíveis.”

Acrescenta ainda: (i) No que tange o acesso do **financiamento rural**: O PRONAF, com toda a sua burocracia, dá uma condição mínima para o financiamento rural, com carências de pagamentos e prazos mais longos, essas conquistas são lutas dos movimentos sociais. Ao olhar para isso, e deparar que não há acesso a nenhuma linha de crédito que possibilite uma estruturação dos EES, não conseguimos criar condições para a sua viabilização. Que democracia econômica é essa? Onde as empresas grandes têm a possibilidade de vários financiamentos e ficamos apenas com as migalhas do sistema financeiro; (ii) **Tributação**: O direito a livre representação - nós temos problemas, pois nossas decisões têm que passar pelas juntas comerciais, e elas não têm pressa. Precisamos de um sistema, ou estar ligado à alguma estrutura. Ficamos amarrados a figuras jurídicas que não nos representam. Precisamos criar uma figura que entenda o processo e forma de organização da economia solidária. A tributação pesada nos leva a informalidade, pois não conseguimos dar conta da tributação e da burocracia da formalização. Por outro lado queremos ter acessos a políticas públicas. Como vamos participar de editais, apesar de eu não concordar pois seleciona e não universaliza o direito, não podemos participar pois tem que estar na extrema formalidade e não estamos nesse processo de burocracia toda e, (iii) **O movimento**: Fazem parte, os Gestores Públicos (GP), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Porém, temos que dizer o que queremos e parar de esperar e de achar que são eles que têm que fazer por nós. E participamos do movimento quando nos interessa, quando tem feira e outros espaços de comercialização ou financiamento. Temos que nos envolver para não ficar eternamente nas mãos dos outros, temos que ser protagonistas e não andar somente quando nos interessa.

B - Balanço da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina na Conferência Estadual (2014)

Prof. Carlos Eduardo Arns

Segundo Arns et al, 2014 a trajetória da economia solidária em Santa Catarina é rica, diversa e de longa data. Iniciando nas populações originárias, ou seja, nas populações indígenas. Ela vem também dos grupos colonizadores com base nos portugueses, espanhóis, colonização da imigração das colônias do Rio Grande Do Sul. E, nos processos mais recentes, da década de 80, nos movimentos sociais. Esse conjunto, de origem rural, são bases estruturantes da economia solidária em Santa Catarina comprovando nos dias de hoje a sua diversidade.

Em 1990 ocorreu o avanço para a construção da economia solidária nos espaços urbanos. É com a reestruturação produtiva e a crise do emprego, como elemento estrutural da economia capitalista que aparecem às experiências urbanas.

De acordo com os dados do SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária) divulgados em 2010, mostram que na região do sul do país, 25% dos EES estão no Paraná, 52% no Rio Grande do Sul e 23 % em Santa Catarina. Deste total, os Empreendimentos de Economia Solidária da área rural estão assim distribuídos: 36% no Paraná, 38% no Rio Grande do Sul e, 56% em Santa Catarina. Já os Empreendimentos de Economia Solidária na área urbana são: 50% no Paraná, 46% no Rio Grande do Sul e, 25% em Santa Catarina. Demonstrando que os EES estão centrados nas comunidades tradicionais. A força da economia solidária na área rural está na agricultura familiar, nos quilombolas.

Em 1999 foi constituído um Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que em 2001 passou a se chamar Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), considerado uma referência nacional, na intencionalidade de acompanhar a política nacional, fortalecer o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), pela sua participação assídua no Fórum e no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), bem como por sua capacidade de mobilização e articulação construída em pelo menos 4 reuniões anuais. Do mesmo modo que o FBES, o FCES é constituído por três segmentos: os

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e representantes de Gestores Público (GP) de cada uma dos Fóruns Regionais de Economia Solidária (FRES) na proporção de 2 EESs (rural e urbano), 1 EAF e 1 GP, quando possível.

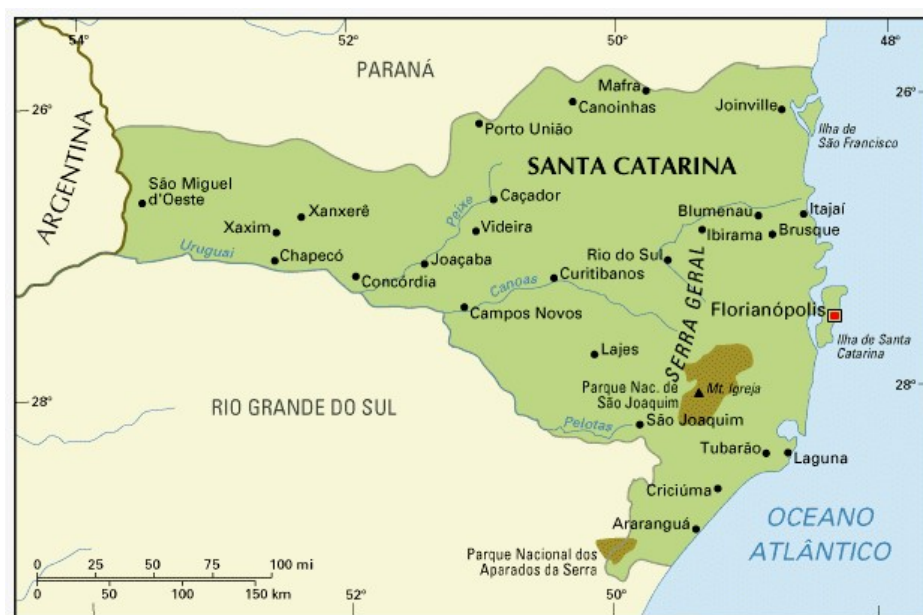
Atualmente organizados em 10 fóruns regionais, sendo 8 com uma boa capacidade articuladora e 2 que vem se estruturando. Historicamente o oeste foi referência por muito tempo, agora divide espaço com o Vale do Itajaí (Blumenau), Norte (Joinville) e o Litorâneo (Itajaí). Eles estão nesse processo de construção e eles vão ser, de acordo com o avanço da política e créditos, cada vez mais exigidos. Os fóruns podem fazer a ponte entre as esferas políticas federais com os empreendimentos.

É importante destacar que no estado de Santa Catarina se percebe que por um lado o movimento é forte, busca se organizar e faz os enfrentamentos necessários para estruturação de espaços de participação em nível nacional. Por outro lado, apresenta-se extremamente fraco na relação com o governo do estado, no que tange a política pública economia solidária.

Embora tenha ocorrido avanço na constituição da Frente Parlamentar, ainda falta o governo estadual considerar a perspectiva da economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento. Como exemplo cita-se o projeto Ações Integradas para a Economia Solidária em SC, que foi construído junto com o movimento de economia solidária de SC, mas que foi totalmente descaracterizado, pois o projeto que seria para fortalecer a ES, não contempla mais os fundamentos da economia solidária. A gestão pública em nível municipal e estadual, de uma forma geral, não percebe a viabilidade de economia solidária, e a desconsidera enquanto uma política pública.

C - DO ESTADO DE SANTA CATARINA

De acordo com os dados do IBGE/2010 o estado de Santa Catarina possui uma população de 6.248.436, dos quais 5.247.913 se encontram na área urbana e 1.000.523 na área rural, em um território de 95.703,487 km², atingindo uma densidade demográfica de 65,29 hab./km². Faz limite a Oeste com a Argentina, ao norte com o Paraná e ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul.



Este estado diferencia-se de outras unidades da federação, pela grande diversidade de ecossistemas, processos de ocupação territorial, composição étnico-cultural e de sistemas produtivos. Santa Catarina construiu uma divisão geo-político-administrativa distribuída de forma relativamente bem equilibrada em seus 293 municípios organizados em 21 Associações Municipais e 36 Secretarias Regionais. No entanto, essa complexa rede político-administrativa ainda carece de maior permeabilidade à participação da sociedade civil.

Com a recente incorporação da abordagem territorial por parte da esfera pública, bem como pela sociedade civil organizada, encontram-se em construção em Santa Catarina várias experiências de apoio à constituição e fortalecimento de diferentes territorialidades, dentre as quais se podem destacar: 8 territórios rurais e 3 pré-territórios rurais, apoiados por ações coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

(SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); 3 Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) cujas ações são coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); 3 Territórios da Pesca, apoiados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); 2 Territórios da Cidadania com amplo conjunto de ações de mais de 20 ministérios, coordenados pela Casa Civil e SDT/MDA; o território da Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL apoiada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), através do Programa PROMESO, com uma abrangência de 12 Associações das 21 no estado com um total de 131 dos municípios. Além dessas ações algumas associações de municípios tiveram iniciativas de discussão sobre desenvolvimento regional, dentre as quais podemos destacar o caso da Associação dos Municípios da Região Oeste de Santa Catarina (AMOSOC), que chegou a criar o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI), atualmente paralisado, bem como constituiu uma agência de fomento (Instituto de Desenvolvimento Regional - SAGA) que se encontra muito ativo e interagindo com o Território da Meso Fronteira e o Território Rural do Oeste Catarinense. Além dos colegiados territoriais encontra-se constituído uma instância estadual dos Colegiados Territoriais de Santa Catarina e o Conselho Estadual do Pronaf.

D - DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES¹ existem 764 Empreendimentos de Economia Solidária em Santa Catarina.

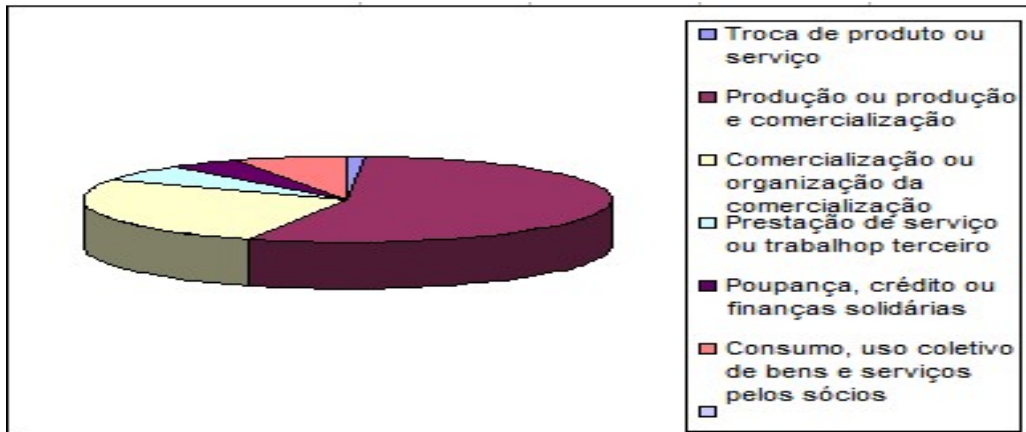
Área de Atuação do Empreendimento

Rural	432	56,55%
Urbano	192	25,13%
Rural/Urbano	140	18,32%
TOTAL	764	100%

¹(disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/acesso> 29/06/2015),

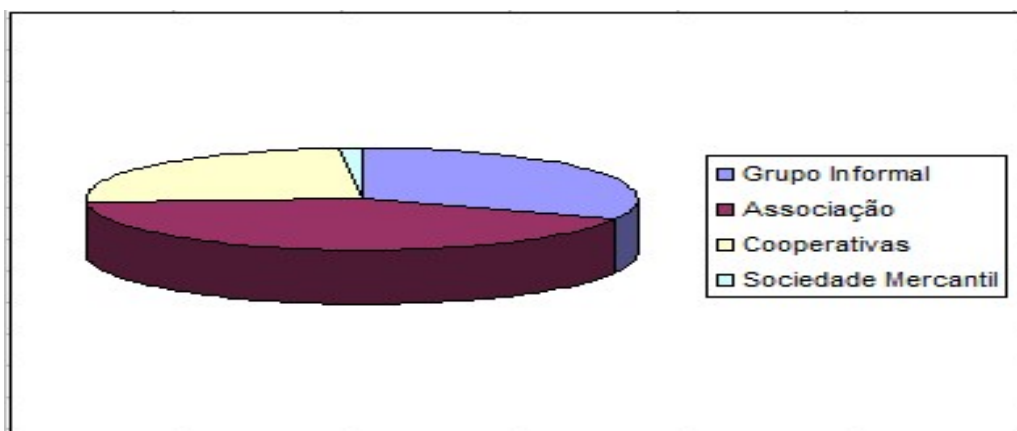
Desses dados o que chama a atenção é predominância do rural (56,55%) como espaço de construção e prática da Economia Solidária em Santa Catarina, mas também cabe destaque o fato de serem identificados 18,32% dos empreendimentos que atuam nos dois espaços concomitantemente.

Atividade Econômica



Outro elemento que caracteriza a Economia Solidária barriga verde é a atividade econômica principal dos EESs, em que evidencia a clara predominância de empreendimentos que atuam na produção/comercialização e comercialização. E por outro lado a baixa presença de EESs no consumo e uso de bens e serviços pelos sócios, revelando o grande gargalo do avanço da economia solidária, na medida em que, na sociedade contemporânea, o consumidor desempenha papel determinante na cadeia de valor.

Forma de Organização



Esse gráfico, por sua vez, demonstra outro aspecto da fragilidade da Economia Solidária, com um significativo percentual dos EESs ainda limitados na informalidade e mais de 40% dos EES permanecem na forma de associação, que apresenta restrições para o desenvolvimento de conjunto de atividades econômicas de mercado. Por outro lado apesar de uma menor participação no total das formas de organização, as cooperativas têm apresentado um aumento de sua participação.

Total de pessoas distribuídas por sexo no Estado de Santa Catarina

Homens	76.842	64,51%
Mulheres	42.282	35,48%
TOTAL	119.124	100%

Este quadro, por sua vez, revela que apesar do esforço das discussões com relação aos princípios e valores da Economia Solidária, a questão de gênero ainda não parece próxima de um equilíbrio, especialmente se considerarmos que nos dados censitários as mulheres são maioria e, que a Economia Solidária busca trabalhar prioritariamente os grupos sociais mais vulneráveis e social e economicamente excluídos, nos quais as mulheres estão presentes.

Em nível nacional, pode-se perceber que o mapeamento dos EES realizado pela SENAES, em que pese o grande esforço envolvido, ainda apresenta grandes limitações

no que diz respeito à universalidade da cobertura territorial brasileira. Isso significa que, até os dias atuais, ainda não há pleno conhecimento da totalidade dos EES existentes no Brasil, nem tampouco dos diversos formatos e modalidades nos quais os EES se apresentam. Diante disso, uma das importantes ações realizadas na década de 2000 foi à criação de um arcabouço legal que pudesse conceituar os EES, bem como estabelecer processos sistemáticos e legítimos de certificação dos mesmos.

Sob o ponto de vista da organização econômica e a partir dos dados do SIES, onde encontramos dados completos de 19.708 EES, a Economia Solidária brasileira se caracteriza pelas seguintes formas de organização:

Tabela 1: Tipo de Organização

Forma de organização	Quantidade	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

Fonte: Boletim Informativo Dados do SIES 2013

E - ABORDAGEM TERRITORIAL NO ESTADO

Cabe destacar ainda que várias destas experiências apresentam um recorte geográfico muito próximo, ou idêntico bem como desenvolvem ações com amplo potencial de complementaridade junto aos sujeitos territoriais.

No entanto, apesar dessa rica diversidade de experiências territoriais em construção, esses processos todos vivenciam uma enorme fragmentação interna e externa, na medida em que não se conhecem mutuamente, nem possuindo ações conjuntas ou compartilhadas até o presente momento. Ou seja, a abordagem territorial, enquanto processo de ação planejada e a territorialidade, enquanto resultado da construção de coesão e identidade sociocultural e produtiva, ainda se encontram frágeis e muito desarticuladas.

Do mesmo modo, a economia solidária e seu conjunto de instrumentos de promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, solidário e inclusivo (Centros Públicos, Finanças Solidárias, Bancos Comunitários, Incubadoras Tecnológicas, Bases de Serviço, Centros de formação, dentre outros), ainda não fazem parte da pauta de discussões dessas construções em curso.

Pode-se afirmar que a Economia Solidária enquanto conceito e como política pública é desconhecida pelo conjunto de representantes que compõem estes colegiados. Soma-se ainda o fato que, de modo geral, as ações de desenvolvimento territorial em Santa Catarina apresentam uma feição fortemente rural e setorializada, dificultando ações e estratégias de integração articuladas com o espaço e os sujeitos sociais do urbano.

Cabe destacar que em Santa Catarina, a sociedade civil organizada vem constituindo várias experiências de construção de canais e novos circuitos de comercialização da produção da agricultura familiar e de populações tradicionais, bem como, da produção agroecológica. No entanto, essas experiências também apresentam dificuldade de interagir e articular-se mutuamente, bem como de interagir com os sujeitos sociais do espaço urbano do estado e da economia solidária e artesanato, localizados nas cidades mais populosas como: Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Tubarão, Criciúma e Araranguá, no litoral; Lages, Caçador, Videira, Joaçaba, Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste, no interior, onde se concentram mais de 80% da população urbana.

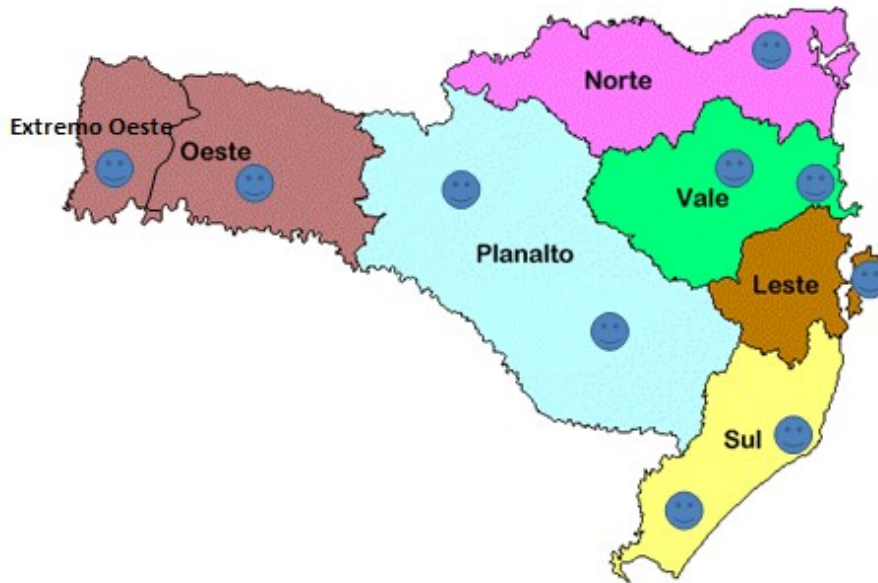
As últimas gestões de governo do Estado de Santa Catarina buscaram priorizar o processo de descentralização do governo através das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs), não participando do conjunto das ações territoriais em curso.

Cabe salientar que com a realização da III Conferência Estadual de Economia Solidária no ano de 2014 desencadeou o processo participativo de elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária.

Por isso, este Plano Estadual de Economia Solidária justifica-se na medida em que busca inserir o governo do estado nas ações territoriais, fortalecer o movimento e os fóruns regionais e o estadual de economia solidária, de articular e inserir a Economia Solidária nos diversos colegiados territoriais já constituídos e de estruturar alguns dos

principais espaços urbanos de atuação da Economia Solidária para a integração das políticas e das ações territoriais em curso, visando à inclusão produtiva.

Da Distribuição dos Fóruns Regionais por municípios



Extremo Oeste: São Miguel do Oeste, Anchieta, Bandeirantes, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, Tunápolis.

Oeste: Chapecó, Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Barra Bonita, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Campo Erê, Caxambú do Sul, Caibi, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guatambú, Ipuacu, Iraceminha, Irati, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jardinópolis, Jupiá, Lageado Grande, Lindóia do Sul, Maravilha, Marema, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Paial, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Passos Maia, Peritiba, Piratuba, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco

Quilombo, Romelândia, Riqueza, Saltinho, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Saudades, Seara, Serra Alta, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xaxim e Xavantina.

Contestado: Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Regis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita, Videira, Zortéa.

Planalto: Lages, Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Brunópolis, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, , Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Correia Pinto, Curitibanos, Frei Rogério, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Rio Rufino, São Cristóvão do Sul, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema.

Criciúma: Balneário Rincão, Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça, Pescaria Brava e Nova Veneza, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Lauro Müller, Orleans Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Siderópolis, Sombrio, Urussanga, Timbó do Sul, Turvo, Treviso.

Tubarão: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Sangão, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão.

Norte: Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Bela Vista do Toldo,

Campo Alegre, Canoinhas, Garuva, Itapoá, Irineópolis, Itaiópolis, Joinville, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul e Schroeder, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Três Barras

Florianópolis: Bombinhas, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Porto Belo, São João Batista, Tijucas, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Garopaba, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara.

Vale do Itajaí: Blumenau, Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Massaranduba, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, Botuverá, Guabiruba e Vidal Ramos,

Litorâneo: Itajaí, Ilhota, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras, Brusque, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas

Rio do Sul: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vitor Meirelles e Witmarsun.

E - Do Conselho Estadual do Artesanato e Economia Solidária - CEAES

O Conselho Estadual do Artesanato e Economia Solidária – CEAES, criado pela Lei nº 14.830, de 11 de agosto de 2009, é vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. É um órgão colegiado, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de promover a política estadual do Artesanato e Economia Solidária.

METODOLOGIA

O presente Plano Estadual de Economia Solidária no Estado de Santa Catarina é produto final da discussão democrática construída nas 10 conferências regionais e uma estadual, ocorridas no ano de 2014 como espaços institucionais de deliberação acerca das diretrizes gerais de uma política pública.

As conferências regionais tiveram os seguintes objetivos: a) Promover a elaboração um plano regional de desenvolvimento da economia solidária; b) Oferecer subsídios para o plano estadual que será debatido na Conferência Estadual; c) Eleger delegados para a Conferência Estadual de Economia Solidária considerando que a realização desta Conferência Regional é fator indispensável para a participação de delegados na Conferência Estadual.

Os participantes das conferências se dividiram em 4 (quatro) grupos temáticos para debater as perguntas orientadoras para a construção de um plano estadual de Economia Solidária, tais como:

Grupo 1: Produção, comercialização e consumo sustentáveis;

Grupo 2: Financiamento: crédito e finanças solidárias;

Grupo 3: Conhecimentos: educação, formação e assessoramento;

Grupo 4: Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas

Em cada grupo foram elaboradas respostas para as questões de diagnóstico, considerando forças e fraquezas da economia solidária, e para as questões propositivas, como demonstra o quadro abaixo:

Grupo 1: Produção, comercialização e consumo sustentáveis

Questões de diagnóstico	Questões propositivas
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no território para promover produção, comercialização e consumo sustentáveis?	Quais as prioridades para fomentar atividades de produção, comercialização e consumo sustentável no território?

Grupo 2: Financiamento: crédito e finanças solidárias

Questões de diagnóstico	Questões propositivas
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária no território para acessar financiamentos e promover as iniciativas de finanças solidárias?	Quais as prioridades para financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e para promoção das iniciativas de finanças solidárias no território?

Grupo 3: Conhecimentos: educação, formação e assessoramento

Questões de diagnóstico	Questões propositivas
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território?	Quais as prioridades e estratégias para acessar conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias e ao desenvolvimento e disseminação dos seus princípios, valores e práticas no território?

Grupo 4: Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas

Questões de diagnóstico	Questões propositivas
Quais as forças e as fraquezas da economia solidária para promover um ambiente institucional favorável ao seu desenvolvimento com a democratização do acesso e a melhoria das políticas públicas no território?	Quais as políticas públicas prioritárias para o fomento e o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias?

Posteriormente, cada Grupo de Trabalho apresentou uma síntese de seu

diagnóstico e, destacou até 5 propostas para enviar como contribuição para etapa estadual. E, debateram e aprovaram até 10 dez propostas prioritárias para enviar como contribuição. No total foram enviadas 98 propostas para a Conferência Estadual.

As conferências regionais elegeram delegados para representar as respectivas regionais/territórios na III Conferência Estadual de Economia Solidária. As regras e critérios para eleição foram definidos no regimento interno na seguinte proporção: (i) Segmento I – Representantes do Poder Público: gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário (25%); (ii) Segmento II – Organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares (25%); e, (iii) Segmento III – Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação (50%).

Além desta distribuição por segmentos foi solicitado a garantia de participação de no mínimo 50% de mulheres e representação dos povos e populações tradicionais. E dos 114 delegados regionais para etapa estadual obteve-se a seguinte composição:

Nº	Território	Data da Conferência	Nº de Municípios Participantes	Nº de pessoas participantes			Nº de delegados/as eleitos/as para a etapa estadual		
				Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1	Extremo Oeste	04/04/2014	22	16	37	53	3	9	12
2	Oeste	30/04/2014	38	09	23	33	5	7	12
3	Lages	28/04/2014	17	21	32	53	4	8	12
4	Contestado	29/03/2014	16	11	20	31	1	8	09
5	Norte	24 e 25/04/2014	20	09	41	50	3	9	12
6	Litorâneo	24/04/2014	09	17	39	56	3	9	12
7	Blumenau	06/05/2014	16	30	56	86	2	10	12
8	Florianópolis	24/04/2014	22	12	28	40	4	8	12
9	Tubarão	28/04/2014	12	7	23	30	2	10	12
10	Criciúma	24/04/2014	10	8	20	28	3	8	11

A Conferência Estadual foi realizada na cidade de Florianópolis, convocada pela Secretaria do Estado da Assistência Social, pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no estado de Santa Catarina, pelo Fórum Catarinense de Economia Solidária e pelo Conselho de Artesanato e Economia Solidária. Foi instalada uma Comissão Organizadora Estadual que elaborou o regimento interno, efetuou a sistematização de

todas as proposições encaminhadas e elaborou o Documento Base da Conferência Estadual. A realização da Conferência Estadual, seguiu com a mesma metodologia das regionais, ou seja, com a divisão das mesmas 04 temáticas, em trabalhos em grupo, cada qual com a elaboração dos respectivos diagnósticos e proposições.

Da Escolha dos delegados estaduais

A escolha de delegados obedeceu ao regulamento geral da III Conferência Nacional de Economia Solidária, que estabeleceu o total de 64 delegados para o Estado de Santa Catarina sendo 32 para empreendimentos de economia solidária, 16 para gestores públicos e 16 para entidades de apoio, escolhidos pelos respectivos segmentos, reunidos em grupos. A lista dos delegados indicados foi apresentada à plenária para ser aprovada. Recomendou-se que na definição dos (as) delegados (as) fosse considerada a representatividade rural e urbana, a diversidade regional/territorial, a diversidade das atividades econômicas solidárias e das formas de organização.

Das proposições

As proposições encaminhadas pelas conferências preparatórias regionais/territoriais foram sistematizadas pela Comissão Organizadora Estadual que elaborou um documento base da Conferência Estadual, que norteou os grupos de trabalho, e após deliberações livres apresentaram as proposições em plenária. Foram escolhidas 10 (dez) proposições para serem encaminhadas para Conferência Nacional e 43 (quarenta e três) que compõem as propostas para o desenvolvimento da economia solidária no estado de Santa Catarina e, 1 (uma) proposta de recomendação, do qual a Plenária da 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária recomenda que seja incluída no Plano Estadual de Economia Solidária a promoção de políticas de apoio à organização associativa e cooperativa dos catadores de material reciclável com a prestação de serviços de reciclagem, compostagem e reaproveitamento de rejeitos/resíduos, incluindo a construção civil e outros.

Diante disso verificou-se todas as proposições dos Grupos de Trabalho e

posteriormente realizado o agrupamento das proposições por temáticas. O relatório contendo os resultados - as proposições - da Conferência Estadual foi encaminhado para a comissão Organizadora Nacional para dar seguimento nas discussões em âmbito federal. Em paralelo, ocorreu nova sistematização pela Comissão estadual dando início à redação do Plano Estadual, que passou pela apreciação de uma assembléia com as representações das 10 regiões do Estado e finalmente, voltou para representantes da Comissão Estadual a fim de finalizar a redação do mesmo.

DIRETRIZES DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Eixo 1: Produção, Comercialização e Consumo Sustentável

Objetivo do Eixo: Criar um Programa estadual de incentivo e fortalecimento à produção, comercialização e consumo solidário.

Justificativa

Em Santa Catarina, a Economia Solidária mostrou um crescimento razoável nos últimos anos com aumento do número de EES (produção), de espaços de comercialização e do consumo solidário. No entanto, este crescimento não é o suficiente e não acontece de forma homogênea, varia bastante conforme a região no estado além de grandes diferenças entre o rural e o urbano.

Percebe-se a existência de experiências de realização de feiras e alguns espaços de comercialização com algum apoio governamental (alimentação, transporte, espaços), e ainda com apoio de entidades parceiras ou por mérito dos próprios EES. E 03 centros públicos de ES no estado todo, Itajaí, Chapecó e Blumenau, sendo que apenas Itajaí em pleno funcionamento. Lojas/mercados de Economia solidária em Joinville e Florianópolis (2015). e Blumenau. São realizadas em algumas regiões feiras locais, municipais, regionais e estadual (a última realizada em Caçador em 2015).

É importante salientar a carência de financiamentos para a produção, de estrutura e espaços de comercialização, de divulgação e campanhas de sensibilização para o consumo consciente e sustentável, de legislações específicas que incentivem e fortaleçam a Ecosol em todos estes aspectos.

Podemos apontar que é muito visível a necessidade urgente de uma política estadual efetiva, que inclua a economia solidária como estratégia e incentivo para o desenvolvimento, garantindo acesso às compras públicas (a exemplo do PNAE), além da necessidade de estruturar e viabilizar mecanismos de comercialização para escoar a

produção e viabilizar o engajamento das pessoas nos empreendimentos e associações (evitando desmotivação e desmobilização), bem como uma política de acompanhamento do processo produtivo de modo a resgatar e fortalecer os aspectos sócio culturais, étnicos e de identidades territoriais, visando descobrir novas potencialidades de produtos, além da possibilidade da abertura de canais externos de comercialização.

Para isso também é fundamental a qualificação profissional para a produção, gestão e comercialização, bem como o apoio logístico para participação em feiras e eventos.

Diretriz 1: Ampliar os espaços de multiuso existentes em locais públicos já consolidados (feiras eventuais e permanentes), bem como conquistar espaços de comercialização em todos os eventos que são patrocinados e/ou promovidos pelos municípios e/ou estado e viabilizar locais permanentes (público ou privado) com grande circulação para o alojamento dos empreendimentos e comercialização visando tornar-se um espaço de referência de Economia Solidária para a sociedade.

Meta 1.1: Implantação 3 (três) Centros Multifuncionais de Economia Solidária e fortalecer outros 3 (três) Centros Multifuncionais de Economia Solidária já existentes, com a finalidade de comercialização, mobilização, capacitação, formação, assessoria técnica e incubação de empreendimentos econômicos solidários.

Ação 1: Fortalecer os 3 Centros Multifuncionais de Economia Solidária – Centro Público de Economia Solidária nas cidades de Itajaí, Blumenau e Chapecó.

Ação 2: Implantar 3 Centros Multifuncionais de Economia Solidária (Joinville, Florianópolis e Tubarão).

Ação 3: Destinar espaços públicos estaduais ou municipais regulamentados para as instalações de empreendimentos que cumprem uma função pública, como associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis..

Meta 1.2: Implantação de iniciativas de comercialização solidária através da realização

de feiras territoriais e estaduais de economia solidária.

Ação 1: Apoiar a realização de 01 Feira Territorial de ECOSOL anual, em cada Fórum Regional de Ecosol.

Ação 2: Apoiar a realização de 02 Feiras Estaduais de ECOSOL por ano.

Ação 3: Realizar 02 campanhas públicas estaduais anuais de conscientização do consumo solidário e sustentável.

Diretriz 2: Criar uma política pública de assessoria técnica (comercial) para a legalização da produção de forma coletiva (cooperativas) e/ou individual e de qualidade, beneficiamento e comercialização.

Meta 2.1 – Constituição, fortalecimento e integração de 150 Empreendimentos de Economia Solidária.

Ação 1: Realizar no mínimo 01 Oficina em cada Fórum regional, de Sensibilização sobre Economia Solidária e apoio a constituição e /ou fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Ação 2: Realizar assessorias técnicas para legalização e fortalecimento para cada Empreendimento Econômico Solidário de no mínimo 06 meses.

Ação 3: Realizar no mínimo 01 oficina anual de integração de redes produtivas e solidárias por fórum regional.

Diretriz 3: Instituir mecanismos legais para incentivo à produção e comercialização dos produtos e serviços da economia solidária.

Meta 3.1 - Incentivos para a produção e comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Ação 1: Criar lei estadual que garanta a isenção ou redução de impostos para a produção e comercialização de produtos da economia solidária.

Ação 2: Criar lei estadual que garanta a isenção ou redução de impostos para aquisição de equipamentos, máquinas, insumos e veículos para os

empreendimentos de economia solidária.

Ação 3: Criar leis para estabelecer a priorização da compra de produtos e serviços de empreendimentos de economia solidária em licitações públicas.

Ação 4: Criar lei estadual para estabelecer tarifas diferenciadas de energia elétrica para as unidades de separação de materiais recicláveis de empreendimentos de economia solidária e demais empreendimentos de economia solidária.

Ação 5: Integrar ações com a Economia Solidária internacional através de *fair trade*, para ampliação da comercialização e valorização dos produtos regionais e tradicionais, bem como a compra de máquinas, equipamentos para empreendimentos de ecosol em outros países.

Resultado Esperado: Maior competitividade dos produtos dos EES frente ao mercado tradicional, fortalecimento da comercialização e que o consumidor reconheça que o produto adquirido teve os princípios de economia solidária desde a sua concepção até a sua comercialização.

Eixo 2: Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias

Objetivo do Eixo: Fortalecer as finanças solidárias e os Empreendimentos de Economia Solidária com a criação de programas de financiamento e fomento, e a criação do sistema estadual de finanças solidárias, por meio da constituição e fortalecimento de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, capacitando Agentes de Crédito Solidário para atuar nos Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito Solidário.

Justificativa

É visível a necessidade de organizar o acesso ao crédito e as finanças solidárias para os EES. As experiências existentes de finanças solidárias são os fundos solidários ligados às entidades religiosas e cooperativas de crédito solidário e nenhuma experiência conhecida de Bancos Comunitários. As poucas experiências relativas às moedas sociais praticamente desapareceram, bem como as iniciativas de Bancos Comunitários ou Moeda Social em feiras. Há experiências positivas de finanças solidárias em outros Estados que

podemos usar de modelo.

Diretriz 1 – Organizar o sistema de finanças solidárias, no estado com o objetivo de dinamizar a economia solidária nos vários territórios.

Meta 1.1 - Caracterização e fomento das finanças solidárias em SC.

Ação 1: Realizar um mapeamento de práticas de finanças solidárias em SC e incentivar e criar meios para a articulação entre estas experiências.

Ação 2: Mobilizar e integrar as experiências do estado e os poderes constituídos para viabilizar financiamentos e legislações específicas para acesso ao crédito.

Meta 1.2 - Instituição de mecanismos legais para o fomento das Finanças solidárias.

Ação 1: Criar lei estadual de reconhecimento de fundos solidários e bancos comunitários,

Ação 2: Aprimorar a legislação e regulação sobre as cooperativas de crédito para que contemplem a constituição de um sistema de finanças solidárias com autonomia e regulação própria garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento.

Meta 1.3 - Implantação e estruturação de 01 Banco Comunitário Estadual.

Ação 1: Realizar oficinas de mobilização, sensibilização para implementação do Banco Comunitário.

Ação 2: Adquirir espaço, equipamentos, material de expediente e serviços para estruturação do Banco Comunitário.

Ação 3: Contratar agentes de crédito para o Banco Comunitário e de assessoria jurídica para formulação e constituição jurídica do banco comunitário.

Ação 4: Contratar serviço de pessoa jurídica para atuar na contabilidade do banco.

Ação 5: Contratar de equipe técnica para implantação e funcionamento do

banco comunitário – pessoa jurídica.

Meta 1.4 - Articulação das Cooperativas de Crédito junto às ações de Economia Solidária.

Ação 1: Realizar, nos fóruns regionais, juntamente com o Estado, reuniões de articulação e integração de ações de Cooperativas de crédito junto às ações de Economia Solidária.

Resultado Esperado: O sistema de finanças solidárias aprovado (pelo CEAES) e funcionando no estado de SC com participação das iniciativas de Finanças solidárias na elaboração e monitoramento das ações, na perspectiva de autonomia dos EES; e desenvolvimento solidários sustentável nos territórios.

Diretriz 2 - Criar um programa de financiamento para as práticas de finanças solidárias tendo como financiadores, BNDES, bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bancos públicos e agências de fomento nas modalidades de fundo não reembolsável e de crédito, com políticas adequadas às práticas de finanças solidárias.

Meta 2.1 - Programa de financiamento das práticas de finanças solidárias.

Ação 1: Criação de modalidade de crédito com amortização do financiamento (montante da dívida) com equivalência em produtos e serviços da economia solidária.

Ação 2: Extensão do Programa “Juro Zero” (SC) para acesso aos Empreendimentos de Economia Solidária.

Resultado Esperado: Fortalecimento das finanças solidárias no estado de Santa Catarina, com um programa de financiamento para EES e iniciativas de Finanças solidárias sendo desenvolvidos com créditos mais acessíveis que o convencional.

Diretriz 3: Promover formação e informações sobre finanças solidárias, objetivando aumentar o conhecimento e consequente fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

Meta 3.1 - Programa estadual de formação em finanças solidárias.

Ação 1: Desenvolver um programa de formação em finanças solidárias por meio de cursos, oficinas e intercâmbios.

Ação 2: Incluir o tema Finanças Solidárias nos currículos escolares desde o Ensino Médio e nas disciplinas de Educação Financeira.

Ação 3: Desenvolver formação técnica-gerencial para os gestores das iniciativas de Finanças solidárias.

Resultados Esperados: Programas de formação em execução com participação na elaboração, no monitoramento e avaliação das ações com aprimoramento do saber em gestão financeira, empoderamento e conhecimento pelos empreendimentos.

Eixo 3: Conhecimento, Educação, Formação e Assessoramento

Objetivo do Eixo: Criar um programa estadual de formação e assessoramento técnico para a Economia Solidária.

Justificativa

O estado de Santa Catarina possui muitas instituições que se dedicam ao campo da educação. Os Fóruns entendem que são as Entidades de Apoio e Fomento – EAF's – responsáveis por tal processo, bem como, destacam as iniciativas das Universidades municipais, estaduais e federais, Universidades particulares, Institutos Federais e Organizações não Governamentais, Instituições de ensino profissionalizantes privadas e as comunidades.

Esse quadro fortalece a educação na perspectiva da economia solidária no Estado de SC, porém, observa-se que essas instituições não possuem uma articulação interna e muitas vezes desenvolvem trabalhos que sobrepõem ações e públicos e de formas isoladas. Destacam, também, a ausência e ou fragilidade destas Instituições de

ensino e profissionalização na atuação nos Fóruns Regionais para melhorar a comunicação entre as entidades formadoras e o público da Economia Solidária sobre as ações\projetos que estão sendo realizadas.

Outro ponto de relevância apontado no diagnóstico foi à falta de uma rede de Comunicação para fortalecer a Economia Solidária nos fóruns regionais e utilização dos meios de comunicação para divulgação. O movimento, como um todo, tem dificuldade de promover espaços virtuais\físicos de divulgação das ações\projetos que estão em curso no Estado, ficando assim, muitas vezes, as informações restritas a um grupo “privilegiado”.

Destaque-se, também, a proposta formativa da Economia Solidária estar centrada na Educação Popular. Esse “modelo” teórico metodológico possibilita uma formação em EcoSol para determinados grupos sociais, não conseguem acessar. Fomenta também, um olhar para os centros de públicos como bons espaços formativos no que tange autogestão, organização dos empreendimentos econômicos solidários, visibilidade dos processos formativos que constituem esses espaços, mas também, aponta a necessidade de ampliar esses espaços no Estado.

Diretriz 1: Construção de uma Rede de Cooperação entre as Instituições e Entidades de Apoio e Fomento em Economia Solidária, empreendimentos e gestores públicos com o objetivo, de fortalecer as ações formativas da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, bem como, estabelecer espaços de comunicação das ações\projetos que estão sendo realizadas no Estado.

Meta 1.1 - Estruturação de Rede de Cooperação para ações formativas em Economia Solidária.

Ação 1: Realização de seminários estaduais tendo como público, as Entidades de Apoio e Fomento, Gestores Públicos e Empreendimentos econômicos solidários, no que tange processos formativos em economia solidária, análise de conjuntura internacional, nacional e Estadual, tendo como fundamento principal a Educação Popular como forma metodológica da ação multiplicação de formadores.

Ação 2: Criação de meios digitais para propor a formação de um banco de dados de ações e projetos que estão sendo realizados no Estado. Bem como, criação de um banco de dados listando as pessoas referências para a formação em Economia Solidária no Estado, incluídos representantes das Instituições e Entidades de Apoio e Fomento, Empreendimentos e Gestores Públicos.

Resultados Esperados: Melhor tráfego de informações entre todos os atores da economia solidária, tendo local virtual em comum para divulgar e encontrar informações e ações pertinentes à economia solidária.

Diretriz 2: Constituir bases de serviço de assessoria em ES com destinação de recursos financeiros para a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários.

Meta 2.1 - constituição de bases de serviço de assessoria em Economia Solidária.

Ação 1: Sistematizar as experiências formativas em nível estadual e regional no que tange a formação em economia solidária, organizando assim, material e metodologias de formação em economia solidária, a partir da realidades territoriais.

Ação 2: Criação de núcleos a partir dos territórios dos Fóruns para dar continuidade a formação sobre Economia Solidária.

Ação 3: Constituir equipe de assessoria técnica e acompanhamentos dos empreendimentos econômicos solidários, dando suporte formativo\ técnico no que tange a temas como: viabilidade econômica de empreendimento, autogestão, desenvolvimento do produtos, redes de consumo e produção.

Ação 4: Articular transversalmente a economia solidária entre as secretarias municipais, estaduais e nacional, para promover a integração de conhecimentos entre os empreendimentos.

Resultados Esperados: Retomar o compromisso firmado dos formadores que

participaram do curso do CFES e replicar a formação e a capacitação adquirida. Dar suporte na formação dos novos Fóruns e integrantes de todas as partes representativas da Economia Solidária, aproveitando o material já existente.

Diretriz 3: Criar espaços formativos (cursos) específicos em agroecologia e economia solidária, em parceria com o Instituto Federal Catarinense e outras instituições, com o objetivo de ampliar a assessoria técnica nessas áreas.

Meta 3.1 - Criação de espaços formativos em agroecologia e economia solidária.

Ação 1: Realizar oficinas temáticas de agroecologia com o EES em parceria com os Institutos Federais de Santa Catarina e organizações desta área afim.

Ação 2: Articular e propor ao IFSC um curso em economia solidária e agroecologia com metodologia popular de trabalho.

Resultados Esperados: Ampliação da compreensão do conceito de economia solidária e agroecologia nos espaços de educação profissional.

Diretriz 4: Promover por meio dos Fóruns Regionais ações de capacitação/qualificação profissional e promoção social.

Meta 4.1 - Ações de capacitação/qualificação profissional e promoção social nos Fóruns Regionais

Ação 1: Garantir a organicidade do movimento de economia solidária fomentando os Fóruns regionais, Municipais e Estadual de Economia Solidária.

Ação 2: Realizar processos formativos aos EES em nível local, fomentando nos fóruns regionais e municipais o protagonismo no que tange a assessoria técnica e acompanhamento aos EES.

Resultados Esperados: Ampliar a capacidade de organização do movimento de economia solidária e sua incidência política em nível municipal e Estadual.

Eixo 4: Ambiente Institucional, Legislação e Integração de Políticas Públicas.

Objetivo do Eixo: Consolidar a política pública de Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, criando marcos regulatórios específicos e mecanismos de gestão e participação social.

Justificativa:

A partir das fraquezas e oportunidades identificadas na economia solidária catarinense, no que se refere ao ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas observa-se que, os canais de comunicação são insuficientes no que concerne a divulgação dos princípios, valores, importância dos empreendimentos solidários. O fato resulta na pouca ou nenhuma participação dos gestores nas esferas municipais e estaduais bem como o isolamento desses empreendimentos em relação aos outros movimentos sociais.

É necessário que se produza uma Agenda Legislativa da Economia Solidária e uma incidência institucional que agregue o compromisso dos atores envolvidos na economia solidária: os empreendimentos e suas instâncias, as entidades de assessoria e os governos e legislativos municipais e estadual. Nesta perspectiva apresentamos as seguintes diretrizes.

Diretriz 1- Incidir na Agenda Legislativa Federal, Estadual e Municipais na perspectiva de garantir o estabelecimento de um espaço institucional em atenção à Economia Solidária.

Meta 1.1 - Apoiar a Agenda Legislativa Nacional da Economia Solidária.

Ação 1: Atuar na aprovação do Marco Legal e Regulatório da Economia Solidária (PL 4685/2012), Congresso Nacional;

Ação 2: Alteração da Lei Geral do Cooperativismo 5764/71 que facilitem na formalização, licenciamento e acesso ao crédito pelos EES.

Meta 1.2 - Incidir na Agenda Legislativa Estadual da Economia Solidária.

Ação 1: Criação de Lei Estadual, do Conselho Estadual de Economia Solidária e do Fundo Estadual de Economia Solidária dos EES.

Meta 1.3 - Incidir nas Agendas Legislativas Municipais da Economia Solidária.

Ação 1: Desenvolver programas de incentivo para criação das leis municipais de Economia Solidária.

Ação 2: Criação de Leis, de Fundos e de Conselhos municipais de Economia Solidária, garantindo financiamento, comercialização e acesso nas compras públicas.

Ação 3: Incluir em pautas dos fóruns a criação de leis, definir comissão de participantes que irão elaborar a lei, como encaminhamento, articular com prefeito a execução da lei.

Ação 4: Fomento dos canais de mobilização e articulação das necessidades do Fórum.

Ação 5: A Plenária da III Conferência Estadual de Economia Solidária recomenda que seja incluído no Plano Estadual de Economia Solidária a promoção de Políticas de apoio à organização associativa e cooperativa dos catadores de material reciclável com a prestação serviços de reciclagem, compostagem e reaproveitamento de rejeitos/resíduos, incluindo a construção civil e outros. Por meio da implementação da lei municipal de gestão integrada de Resíduos Sólidos.

Ação 6: Realizar gestão e exercer influência no sentido de incluir nos planos de governo municipais, estadual e nacional dos candidatos a pauta da economia solidária no pleito eleitoral.

Resultados Esperados: Criação de Agenda Legislativa (Nacional, Estadual e Municipal) que oriente a ação dos fóruns nas ações de diálogo e gestão junto aos atores governamentais na perspectiva de criar um ambiente institucional que garanta respostas às demandas da Economia Solidária.

Diretriz 2. Produção, Fortalecimento e articulação das políticas públicas da Economia Solidária.

Meta 2.1- Criar mecanismos de articulação e integração das políticas públicas em Economia Solidária, programas, projetos e ações, tais como: Resíduos Sólidos, SUASA, SUAS (CRAS e CREAS), SUS, Órgãos governamentais, Consórcios públicos e Rurais, Associações de Municípios entre outras, considerando as regiões/territórios enquanto espaço de criação e implementação das mesmas.

Ação 1: Dar continuidade à medidas de integração das políticas públicas por meio da criação de Grupo de trabalho de ações integradas.

Meta 2.1 - Oportunizar a participação do movimento de Economia Solidária nos conselhos municipais e estadual.

Ação 1: Orientar os membros participantes dos Fóruns municipais, estadual para que transitem em outros órgãos deliberativos, tais como conselho da saúde, educação, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento, trabalho e renda, cultura.

Diretriz 3: Fortalecer os Fóruns regionais/territoriais/locais e o estadual

Meta 3.1 - Desenvolver a organicidade dos Fóruns Regionais.

Ação 1: Levantamento das necessidades e interesses dos participantes do Fórum;

Ação 2: Formações promovidas pelo Fórum, a partir do levantamento das necessidades dos participantes;

Ação 3: Comunicação e divulgação dos Fóruns regionais e estadual.

Resultados Esperados: Resgate, fortalecimento e expansão dos Fóruns e fortalecimento da rede de apoio da Economia Solidária..

GESTÃO DO PLANO

O presente plano é a materialização de um trabalho coletivo realizado na III Conferência Estadual e nas Conferências preparatórias regionais/territoriais de Economia Solidária, constituindo-se como instrumento fundamental para orientação, monitoramento e avaliação da política pública de economia solidária.

A concretização de suas metas e linhas de ação, construídas coletivamente entre sociedade civil e gestores públicos, envolve um grande desafio de articulação com diversos órgãos e setores do governo catarinense e da sociedade.

A complexidade de sua implementação traduz-se na importância do cuidado e atenção que devem ser dados na realização de um processo de monitoramento, que permita não só a prestação de contas à sociedade do seu processo de execução, mas também a correção de rumos e estratégias para obtenção dos resultados almejados. (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/SENAES/MTE,2015)

O Conselho Estadual do Artesanato e da Economia Solidária, enquanto instância estadual de controle social da política pública de economia solidária será a instância responsável pelo acompanhamento e implementação do Plano Estadual de Economia Solidária, que criará o Comitê Permanente de acompanhamento à Gestão Executiva do Plano.

Desta forma, são estabelecidas como atribuições: promoção e divulgação das ações de implementação do Plano Estadual de Economia Solidária; monitoramento e avaliação do alcance das metas e linhas de ação do plano; deliberação sobre necessidades de revisão e atualização do plano a partir da avaliação dos resultados alcançados.

Para tal, o Conselho Estadual de Economia Solidária contará com o subsídio de seu Comitê Permanente, com as seguintes atribuições: articulação e mobilização dos órgãos e entidades estaduais para atendimento às metas e linhas de ação do plano; articulação e pactuação com órgãos do governo e instâncias de gestão social e governamental, sobre a estratégia de gestão e implementação do Plano Estadual e efetivação dos Planos Municipais/Territoriais; subsídio ao Conselho Nacional de

Economia Solidária, por meio do fornecimento de informações e relatórios decorrentes do monitoramento da execução de suas metas; proposição de metodologia para avaliação e atualização do plano.

Comissão Estadual da III Conferência Estadual de Economia Solidária de Santa Catarina

Representantes da Secretaria Estadual da Assistência Social, Trabalho e Habitação.- SST/SC

Rose Back Cidral

Lívia Simão

Representantes da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina-SRTE/SC

Cristina Prudencio Collaço

Eliete Alano de Oliveira

Representantes do Conselho Estadual do Artesanato e da Economia Solidária

Antônia Ogliari Talgatti

Roque Ademir Favarin

Representantes do Fórum Catarinense de Economia Solidária - FCES

Leila Andréia Severo Martins

Gelson Nezi

Comitê Metodológico: Luiz Filipe Goldfeder Reinecke, Leila Andréia Severo Martins, Gelson Nezi, Carlos Eduardo Arns (Tchê)

Comitê de Infraestrutura: Rose Back Cidral, Lívia Simão, Nívea Feller, Viviane da Rosa

Comitê Comunicação: Maria Antônia Carioni Carsten, Rose Back Cidral, Lívia Simão

Comitê de Mobilização: Cristina Prudencio Collaço, Eliete Alano de Oliveira, Kristiany Bender

Comitê Sistematização do Plano Estadual de Economia Solidária de Santa Catarina
Cristina Prudencio Collaço, Leila Andréia Severo Martins, Fabiana da Silva Oliani, Carlos Eduardo Arns, Gelson Nezi, Luiz Filipe Reinecke, Pedro Ottoni.

ANEXOS: PROPOSIÇÕES DA III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTA CATARINA - 2014

EIXO 1: Produção, comercialização e consumo.
Diagnóstico
1. Em Santa Catarina, a Economia Solidária mostrou um crescimento razoável nos últimos anos com aumento do número de EES (produção), de espaços de comercialização e do consumo solidário. No entanto, este crescimento não é o suficiente e não acontece de forma homogênea, varia bastante conforme a região no estado além de grandes diferenças entre o rural e o urbano. Percebe-se a existência de experiências e empreendimentos de economia solidária (feiras, espaços de comercialização) com algum apoio governamental (alimentação, transporte, espaços); além da consolidação de 10 fóruns regionais e um Fórum estadual, como espaços de debate e construção; formação e articulação da Ecosol. O movimento da Ecosol no estado conta com muitas parcerias, sendo na maioria entidades de apoio e fomento, alguns gestores públicos e a Frente Parlamentar de SC, criada em 2013.
2. Como aspecto de fragilidades ressalta-se a falta de legislações específicas, pois apenas 03 municípios no estado contam com uma Lei de Economia Solidária, dois destes necessitando de regulamentação. E 03 centros públicos de ES no estado todo, sendo que apenas um em pleno funcionamento.
3. Há carência de financiamentos para a produção, de estrutura e espaços de comercialização, de divulgação e campanhas de sensibilização para o consumo consciente e sustentável, de legislações específicas que incentivem e fortaleçam a Ecosol em todos estes aspectos.
4. Podemos apontar que é muito visível a necessidade urgente de uma política estadual efetiva, que inclua a economia solidária como estratégia e incentivo para o desenvolvimento, garantindo acesso às compras públicas (a exemplo do PNAE) bem como ao crédito desburocratizado e de baixo custo, incentivos fiscais e apoio jurídico/administrativo para a formalização dos EES. Ampliação de mecanismos de informação e divulgação da ES, além da necessidade de estruturar e viabilizar mecanismos de comercialização para escoar a produção e viabilizar o engajamento das pessoas nos empreendimentos e associações (evitando desmotivação e desmobilização). Para isso também é fundamental a qualificação profissional para a produção, gestão e comercialização, bem como o apoio logístico para participação em feiras e eventos.

Eixo 2: Financiamento: crédito e finanças solidárias
Diagnóstico
1. Em Santa Catarina, as experiências de finanças solidárias são os fundos solidários ligados as entidades religiosas e cooperativas de crédito solidário e nenhuma experiência conhecida de Bancos Comunitários. As poucas experiências relativas às

<p>moedas sociais praticamente desapareceram, bem como as iniciativas de Bancos Comunitários ou Moeda Social em feiras. Há experiências positivas de finanças solidárias em outros Estados que podemos usar de modelo.</p>
<p>2. Existem cooperativas de crédito, mas nem todas se inserem ou se aproximam à temática de Economia Solidária. Percebe-se uma presença mais forte no meio rural do que no meio urbano, além da falta de capital de giro financiável e de política específica. Então constata-se poucas experiências de crédito urbano no campo da economia solidária, em nosso Estado, a maioria existente, são agricultura familiar e campesina: Cresol e Crehnor. Para o público urbano, há cooperativas de crédito do sistema Sicoob e Sicredi.</p>
<p>3. A grande maioria dos empreendimentos pouco conhece as organizações que atuam com finanças solidárias, fundos rotativos e suas políticas de funcionamento. Há fundos solidários: 09 diocesanos, nos quais os empreendimentos captam recursos para financiamento e um banco de sementes.</p>
<p>4. Ocorreram avanços, tais como: PRONAF, PNAE, PAA, Microcrédito, PNMCO, Fundo Nacional Solidário, Fundos Diocesanos de Solidariedade e mecanismos/instrumentos para acessar os recursos diretamente, no entanto estes avanços favorecem alguns EES e não universaliza o acesso.</p>
<p>5 No final da década de 90, início de 2000, foram constituídos bancos populares: Banco do Povo, Banco da Mulher (da Família), atualmente financiam micro e pequenos empreendimentos individuais. Atualmente, não existe uma luta organizada por crédito, financiamento no espaço urbano. O sistema de crédito e de quem opera é regulamentado pelo Bacen, o que dificulta o acesso.</p> <p>O programa de microcrédito Crescer foi pouco acessado pelos empreendimentos: exige garantias solidárias, reais. É individualizado. Não faz parte das metas dos bancos, por isso pouco difundido.</p> <p>Grupos informais não conseguem recursos, e os formalizados dificilmente têm acesso ao crédito, quando beneficiados conseguem recursos a fundo perdido, com projetos bem elaborados.</p>

<p>EIXO 3: Conhecimentos: educação, formação e assessoramento</p>
<p>Diagnóstico</p>
<p>1. O estado de Santa Catarina possui muitas instituições que se dedicam ao campo da educação. Os Fóruns entendem que são as Entidades de Apoio e Fomento – EAPF’s – responsáveis por tal processo, bem como, destacam as iniciativas das Universidades municipais, estaduais e federais, Universidades comunitárias e particulares, Institutos Federais e Organizações não Governamentais, Instituições de ensino profissionalizantes privadas e as comunidades apoiadas pelo CFES.</p> <p>No entanto observa-se a ausência de formadores em certas áreas do Estado.</p>
<p>2. Esse quadro fortalece a educação na perspectiva da economia solidária no Estado de SC, porém, observa-se que essas instituições não possuem uma articulação interna e muitas vezes desenvolvem trabalhos que sobrepõem ações e públicos e de formas</p>

<p>isoladas. Destacam, também, a ausência e ou fragilidade destas Instituições de ensino e profissionalização na atuação nos Fóruns Regionais para melhorar a comunicação entre as entidades formadoras e o público da Economia Solidária sobre as ações\projetos que estão sendo realizadas.</p>
<p>3. Outro ponto de relevância apontado no diagnóstico foi a falta de uma rede de comunicação para fortalecer a Economia Solidária nos fóruns regionais e utilização dos meios de comunicação para divulgação. O movimento como um todo, tem dificuldade de promover espaços virtuais e físicos de divulgação das ações\projetos que estão em curso no Estado, ficando assim muitas vezes, as informações restritas a um grupo “privilegiado”.</p>
<p>4. Destaque-se também, a proposta formativa da Economia Solidária estar centrada na Educação Popular. Esse “modelo” teórico metodológico possibilita uma formação em EcoSol para determinados grupos sociais que não conseguem acessar a educação formal. Fomenta também, um olhar para os centros públicos como bons espaços formativos no que tange autogestão, organização dos empreendimentos econômicos solidários, visibilidade dos processos formativos que constituem esses espaços, mas também, aponta a necessidade de ampliar esses espaços no Estado.</p>
<p>5. Ausência do tema Economia Solidária em todos os níveis da educação formal. Ausência de feiras de troca como espaço formativo e informativo. A educação formal no Brasil não está se colocando na perspectiva da mudança social, ao contrário está voltada à perspectiva tecnicista e de reprodução social capitalista. Ausência de valorização do conhecimento gerado nos empreendimentos econômicos solidários como parte do processo educativo e da disseminação de informações sobre economia solidária junto à comunidade.</p>

<p>EIXO 4: Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas</p>
<p>Diagnóstico</p>
<p>1. A partir das fraquezas e oportunidades identificadas na economia solidária catarinense, no que se refere ao ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas observa-se que, os canais de comunicação são insuficientes no que concerne a divulgação dos princípios, valores, importância dos empreendimentos solidários. O fato resulta na pouca ou nenhuma participação dos gestores nas esferas municipais e estaduais bem como o isolamento desses empreendimentos em relação aos outros movimentos sociais.</p>
<p>2. A inexistência ou fragmentação de políticas públicas de fomento aos empreendimentos solidários bem como a falta de regulação da Economia Solidária no âmbito municipal e estadual.</p>
<p>3. A inexistência de recursos públicos para fortalecimento institucional dos empreendimentos solidários e qualificação de seus membros os impede de atender as exigências de comercialização dos produtos.</p>

EIXO 1: Produção, comercialização e consumo.	
Proposições	
1-	Garantir a continuidade de espaços de multiuso existentes em locais públicos já consolidados (feiras eventuais e permanentes), bem como conquistar espaços de comercialização em todos os eventos que são patrocinados e/ou promovidos pelos Municípios e/ou Estado e viabilizar locais permanentes (público ou privado) com grande circulação para o alojamento dos empreendimentos e comercialização visando tornar-se um espaço de referência de ES para a sociedade.
2-	Criar uma política pública de assistência técnica (comercial) para a legalização da produção de forma coletiva (cooperativas) e/ou individual e de qualidade, beneficiamento e comercialização garantindo a realização de cursos de produção, conservação e manipulação de alimentos, programas de preservação ambiental, em especial a água, artesanatos e serviços.
3-	Instituir mecanismos legais para a comercialização dos produtos da economia solidária que garantam: isenção de impostos para a comercialização de produtos da economia solidária, para aquisição de equipamentos, máquinas, insumos, veículos; diferenciação de taxas dos Correios; priorização da compra de produtos de empreendimentos de economia solidária em licitações públicas; tarifas de energia elétrica diferenciadas para as unidades de separação de materiais recicláveis de empreendimentos de economia solidária e demais empreendimentos de economia solidária;
4-	Criar uma política de acompanhamento do processo produtivo de modo a resgatar e fortalecer os aspectos sócio culturais, étnicos e de identidades territoriais visando descobrir novas potencialidades de produtos, além da possibilidade da abertura de canais externos de comercialização.
5-	Integrar ações com ES internacional através das “worldshops” (lojas do mundo), para ampliação da comercialização e valorização dos produtos regionais e tradicionais, bem como a compra de máquinas, equipamentos para empreendimentos de economia solidária em outros países e aquisição de espaços regulamentados para suas instalações.
6-	Criar centrais e redes de comercialização integradas e territoriais de economia solidária, estruturadas com Bases de Serviços de Comercialização.
7-	Criar a Secretaria Estadual de Economia Solidária (propor que o grupo “ambiente institucional” insira esta proposta)
8-	Realizar campanhas de divulgação das propostas de economia solidária e conscientização do consumo solidário e sustentável.

EIXO 2: Financiamento: crédito e finanças solidárias	
Proposições	
9-	Realizar um mapeamento de práticas de finanças solidárias em SC e incentivar e criar meios para a articulação entre estas experiências.
10-	Mobilizar os poderes constituídos para viabilizar financiamentos e legislações específicas para acesso ao crédito.

11- Viabilizar Bancos Comunitários de Crédito, para a ECOSOL, moedas sociais, Bancos Solidários e Cooperativas de Crédito.
12 - Promover formações e informações sobre finanças solidárias, objetivando o conhecimento dos recursos por parte dos empreendimentos de ES
13 - Estender o Programa “Juro Zero” (SC) para acesso dos Empreendimentos de Economia Solidária.

EIXO 3: Conhecimentos: educação, formação e assessoramento
Proposições
14 - Construção de uma Rede de Cooperação entre as Instituições e Entidades de Apoio e Fomento e Empreendimentos de Economia Solidária no Estado, com o objetivo de fortalecer as ações formativas da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, bem como, estabelecer espaços de comunicação das ações\projetos que estão sendo realizadas no Estado.
15 - Constituir bases de serviço em ES com destinação de recursos financeiros para a formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários.
16 - Criar espaços formativos específicos nos diversos segmentos em economia solidária, em parceria com as diversas instituições de apoio, (Institutos Federais), com o objetivo de ampliar a assessoria técnica nessas áreas.
17 - Garantir políticas de formação em economia solidária nos espaços de educação formal incluindo nos planos pedagógicos dos cursos.
18 - Incluir a Economia Solidária como tema transversal entre as secretarias municipais, estadual e nacional de educação e as respectivas secretarias responsáveis pela economia solidária para promover a integração de conhecimentos entre os empreendimentos, focando na educação popular.
19 - Construir e estruturar espaços como biblioteca virtual para acesso as pesquisas e acúmulos sobre potencialidades da região, para aproveitar as tecnologias disponíveis na intencionalidade de aprimorar a economia solidária (exemplos: maçãs, turismo, lã);
20 - Criar um catálogo de divulgação das experiências exitosas em Economia Solidária no Estado.

Eixo 4: Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas
Proposições
21- Criação de Lei Estadual, do Conselho Estadual de Economia Solidária e do Fundo de Economia Solidária.
22- Criação de Leis, de Fundos e de Conselhos municipais de Economia Solidária, garantindo financiamento, comercialização e acesso nas compras públicas.
23- Fortalecer o controle social da economia solidária nas políticas públicas e oportunizar a integração do movimento de Economia Solidária nos conselhos municipais e estadual. Incluir nos planos de governo municipais, estadual e nacional dos candidatos a pauta da economia solidária no pleito eleitoral.

